

MODELOS DE MASCULINIDADE NA PERCEPÇÃO DE JOVENS HOMENS DE BAIXA RENDA¹



Willian Tito Maia SANTOS²



Resumo

O principal objetivo da presente pesquisa foi saber qual modelo de masculinidade seria expresso no discurso de alguns jovens homens moradores de uma comunidade de baixa renda da cidade de João Pessoa na Paraíba. Considerando as intensas transformações ocorridas na relação entre os gêneros nas últimas décadas e a idiosincrasia do grupo pesquisado, intentamos descobrir as permanências e as mudanças em relação à forma patriarcal e hegemônica de se vivenciar a masculinidade. A pesquisa foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas com 17 homens jovens moradores da comunidade de Padre Ibiapina na cidade de João Pessoa/Pb. Analisamos as respostas colhidas através de uma análise temática, de onde surgiram temas, entendidos como núcleos de sentido e de comunicação que se libertou da fala dos jovens. A análise mostrou, de uma forma geral, uma permanência do modelo patriarcal da masculinidade, expressada principalmente através de temas tais como a responsabilidade e o dever do homem trabalhar e ser o provedor de sua família.

Palavras-chave: Masculinidades. Família patriarcal. Relações de gênero.

Homem ou Masculino: do que estamos falando afinal?

Historicamente, é através das feministas anglo-saxãs que *gender* (gênero) começa a ser usado como distinto de *sex* (sexo) (LOURO, 1997, p. 21). Visando rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual, essas feministas acentuavam, através da análise da linguagem, “*o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo*” (SCOTT, 1991, p. 2).

[...] os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo ‘mulheres’ por ‘gênero’ [...] Enquanto o termo ‘história das mulheres’ proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo ‘gênero’ inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça (SCOTT, 1991, p. 4).

A mudança na nomenclatura, no signo, de “mulher” para “gênero”, possibilitou uma ampliação das análises e formulações, construindo com isso um campo próprio de produção de conhecimento e uma sistematização teórica mais consistente.

O surgimento do conceito de gênero, segundo Scott (1991) inseriu-se na discussão das feministas americanas que buscavam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Assim o termo gênero buscou enfatizar o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade e foi proposto pelas feministas que acreditavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria os paradigmas disciplinares e buscava dissociar-se da política feminina e ajustar-se à terminologia científica das ciências sociais.

Segundo Izquierdo (1994, p. 37), de um modo geral, a distinção entre sexo e gênero nos “estudos de mulheres” tem como objetivo principal:

[...] diferenciar conceitualmente as características sexuais, limitações e capacidades que as mesmas implicam, e as características sociais, psíquicas, históricas das pessoas, para aquelas sociedades ou aqueles momentos da história de uma dada sociedade, em que os padrões de identidade, os modelos, as posições, e os estereótipos do que *é/deve* ser uma pessoa, respondem a uma bipolaridade em função do sexo a que pertença.

Em outras palavras, a distinção entre *sexo* e *gênero* consiste em que o primeiro refere-se ao aspecto biológico, relacionado à esfera reprodutiva entre homens e mulheres, enquanto gênero refere-se aos significados socialmente construídos.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero *é*, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado. (SCOTT, 1991, p. 3).

O conceito de gênero implica em uma relação entre os gêneros. Mas ainda hoje, em grande parte das sociedades, o masculino é considerado como tendo mais valor do que o feminino (BOURDIEU, 2002). Dessa forma, as relações entre os gêneros (feminino e masculino), produzem uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas, de acordo com seu sexo: “*Relações de gênero, portanto, é uma construção cultural e social, e, como tal, representa um processo contínuo e descontínuo da produção dos lugares de poderes do homem e da mulher em cada cultura e sociedade*” (OLIVEIRA e SCAVONE, 1997, p. 4).

A dimensão relacional da categoria gênero é uma grande força de estruturação das práticas sociais em geral, sendo que sua ordenação se encontra necessariamente vinculada a outras estruturas sociais. As relações de gênero se constituem como um dos principais componentes da estrutura social, e a necessidade de uma política clara de gênero é ainda uma carência em nossa sociedade atual. Em relação aos homens especificamente essa carência é ainda mais grave.

As relações de gênero influenciam diretamente na formação do homem e de sua masculinidade. Ao estudar as condutas humanas e sociais sob o enfoque do gênero, percebe-se que, para se avaliar as diferenças entre o homem e a mulher, deve-se fugir do senso comum e ultrapassar as comparações com base em determinações físico-biológico-sexuais. As diferenças corporais entre o homem e a mulher existem e ninguém as nega. O que não se pode querer é usar essas diferenças e explicar uma série de comportamentos ditos “naturais”.

Na vivência do dia-a-dia, nas interações sociais e ideológicas, gênero nunca se reduz a caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de categorizações morais, a um conjunto de comportamentos socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados (VENTUROLI, 1999, p. 21).

Dessa forma, a discussão sobre gênero perpassa as determinações sócio-culturais dos papéis sociais, que são construídos a partir da socialização: ser homem e ser mulher varia de cultura para cultura e de tempos em tempos. A discussão sobre a masculinidade se apóia, pois, no conceito de gênero, aprofundando e amplificando suas descobertas.

Pesquisar a questão da masculinidade tem por pressuposto, então, a reflexão e a redefinição dos papéis de gênero e sexuais. Implica em refletir a forma como o gênero tem configurado estas relações marcadas por uma nítida diferença na forma como homens e mulheres devem se relacionar com as questões voltadas à sexualidade e à saúde sexual e reprodutiva. Isto requer o desenvolvimento de uma lógica que considere o cuidado do homem com seu corpo e sua saúde e, por consequência, de sua companheira/esposa, como sendo também uma atribuição *masculina* e não apenas uma preocupação *feminina*. Além do mais, precisamos começar a perceber que o cuidado consigo mesmo e com o outro é também um direito e não apenas uma obrigação, visto que os mesmos homens não têm sido levados a desenvolverem esta competência em sua socialização e em seu cotidiano.

No decorrer do desenvolvimento e expansão do movimento feminista no século XX (principalmente a partir da década de 1960), houve uma série de conquistas das mulheres no plano dos direitos, tal como a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, nas

organizações políticas, de classe, etc. Todavia, percebeu-se, dentro do próprio movimento feminista, a necessidade da integração dos homens como forma de expandir ainda mais os seus direitos. Assim, lutou-se e luta-se ainda por um maior engajamento do homem principalmente no que diz respeito a aspectos da vida privada, tais como a responsabilidade com a vida sexual e reprodutiva do casal, a criação dos filhos e a divisão das atividades domésticas.

No que diz respeito à masculinidade enquanto objeto de estudo e pesquisa, percebemos que esse interesse começou a partir da década de 60, motivado parcialmente pelo movimento feminista e posteriormente a partir das derivações ocasionadas pelo conceito de gênero. (ARILHA, UNBEHAUM e MEDRADO, 2001, p. 17). Esse movimento social de impacto mundial desencadeou uma análise intensa e profunda sobre as gritantes dissimetrias sociais associadas à diferenciação sexual. Por outro lado, já a partir daquela época os movimentos *gay* e *lésbico*, ao mesmo tempo em que lutavam por sua visibilidade e consolidação enquanto movimentos sociais legítimos começavam a refletir e a questionar os padrões vigentes e aceitos sobre identidades sexuais ditas “normais”.

A partir da luta nos espaços públicos e privados, e através de um ativismo e de uma militância que questionava as diferenças sexuais como fulcro de inserção nos espaços da política e da economia, por exemplo, esses movimentos lançaram as bases para mudanças de comportamento na sociedade, questionando principalmente um modelo de masculinidade hegemônica: branca, heterossexual e dominante.³

Portanto, em nossa perspectiva, torna-se vital compreender que a história política e acadêmica das feministas, gays e lésbicas têm uma influência direta na forma como as idéias sobre masculinidade se constituíram ao longo das últimas décadas, bem como na definição do conceito contemporâneo de masculinidade e no incentivo aos estudos sobre a condição masculina. (ARILHA, UNBEHAUM e MEDRADO, 2001, p. 17).

Mas os próprios homens, pelo menos aqueles inconformados com a asfixia de um modelo de homem limitador da plena cidadania e subjetividade, também entraram nas fileiras daqueles que lutavam por uma igualdade entre os gêneros. Conforme nos coloca Nolasco (1993), desde a década de 1970, começando pelos EUA e depois pela Europa, grupos de homens começaram a se formar e a se perguntar se o comportamento masculino, em grande parte forjado com atitudes machistas, não é um preço muito alto a pagar. Esses grupos entendiam que era preciso que os homens se mobilizassem no sentido de uma mudança.

Embora nas décadas de 1960 e 1970 houvesse alguns estudos em nível internacional sobre a masculinidade, impulsionados parcialmente pelos estudos feministas, é importante destacar que a ênfase preponderante desses estudos se dava a partir da referência da feminilidade e da condição feminina. Isso, então, obscureceu um processo inicial sobre o estudo do masculino. Esse impulso inicial retorna com força na década de 1980, no âmbito dos países anglo-saxões, capitaneado em sua maioria por pesquisadores homens vinculados ao movimento feminista e que desenvolviam suas reflexões a partir do conceito de gênero. Contudo, mesmo naquela época e também nos dias atuais os estudos sobre a masculinidade ainda são minoritários. No seio do movimento feminista sua presença dentro do movimento não é bem aceita por alguns grupos que o compõem, tal como setores que enfatizam que os estudos especificamente sobre as mulheres devem ser o foco das preocupações feministas. É, dessa forma, assunto controverso dentro do movimento.

As discussões sobre a construção social da masculinidade a partir dessa década, então, se ampliaram e novas pesquisas foram surgindo, marcadas tanto por uma diversidade de temas como de abordagens teórico-metodológicas. Revisando essa literatura, Gomáriz (1992) agrupou as produções sobre masculinidade em dois grandes blocos: *aliados do feminismo*, aqueles que reconhecem a base dos estudos sobre masculinidade no avanço das teorias feministas e *estudos autônomos* sobre masculinidade, que não são vinculados diretamente às discussões conceituais sobre gênero, nem às conquistas do movimento de mulheres. Gomáriz (*op.cit.*) diferencia ainda esses últimos (*estudos autônomos*) entre: 1) aqueles que adotam uma postura mais analítica, cuja diversidade de matrizes teóricas (neomarxista, psicanalítica, pós-estruturalista) se assemelha ao desenvolvimento dos estudos sobre a mulher e 2) os que pertencem ao movimento de crescimento pessoal ou mitopoético.

Os estudos *aliados do feminismo* reconhecem no movimento feminista e nas produções teóricas em torno do conceito de gênero a base para os estudos sobre masculinidade. Os adeptos dessa tendência consideram que os estudos feministas produziram um corpo consistente de investigações empíricas e um nível de reflexão teórica fundamental para entendermos como são constituídas as relações sociais baseadas na diferenciação sexual e, principalmente, que forneceram as ferramentas básicas para se processar mudanças nessas relações.

Os *estudos autônomos* que, por sua vez, buscam compreender a masculinidade fora do domínio das produções feministas, norteiam-se por diferentes abordagens teóricas (marxista, psicanalíticas, etc.) e provêm de variados campos de conhecimento (Antropologia, Sociologia,

História, Psicologia, etc.). Esses estudos admitem o avanço das discussões produzidas pelo movimento de mulheres, tomando o conceito de gênero como objeto de discussão, todavia não reconhecem no movimento uma teoria própria capaz de dar conta do caráter múltiplo e complexo dos fenômenos que envolvem a masculinidade e a feminilidade.

De qualquer maneira, discutir a masculinidade nos dias de hoje é encarar que, apesar das inúmeras conquistas do movimento feminista nas últimas décadas, a sociedade em geral ainda se pauta no homem e na masculinidade como um modelo, um padrão, uma referência normativa. Durante séculos os discursos científicos tratavam basicamente sobre homens. Segundo Medrado (1997, p. 22), embora atualmente ainda exista uma tendência a tratar, dentro dos estudos científicos, o conceito de “homem” ao genérico “ser humano”, um conjunto de pesquisadores tem se dedicado a refletir sobre as especificidades do conceito de “masculinidade” como uma questão pertinente às Ciências Humanas e Sociais.

Tendo em vista que estudar os homens como atores sociais pertencentes a um dado gênero é algo essencial, se busca examiná-los descentrando-os de sua situação inicial de território genericamente inexplorável (homens como seres humanos), para a partir daí fazê-los regressar à sua condição de seres especificamente genéricos (KIMMEL apud MEDRADO, 1997, p. 22)

Ao procurarem ampliar seus espaços dentro da política, da economia e da sexualidade, tanto nos espaços públicos como privados, as mulheres e os homossexuais, principalmente os masculinos, contestaram a dominação, a discriminação e a exploração a que estavam expostos. Questionando uma cultura que qualificavam como *machista*, esses protagonistas propuseram novas mentalidades e novos tipos de relações entre os sexos.

Entretanto, entender o que significa o assim denominado *machismo* e quais suas características não é tarefa fácil.

O termo machismo guarda em si limitações conceituais no que tange à sua capacidade explicativa para mapear a organização do sujeito. Este termo reduz a questão do sujeito a um aspecto apenas: o cultural-político. Seu uso de forma indiscriminada aponta para um conjunto de comportamentos que dificultam a compreensão do modo como se constrói socialmente a masculinidade (NOLASCO, 2001, p. 87).

Segundo Nolasco (2001, p. 88), se seguirmos a direção dada pela literatura sobre o *machismo*, compreendendo-a como uma categoria de análise, encontraremos deficiências teóricas, diferentemente de estudos mais recentes sobre ideologias masculinas, sexualidade e

construção social da masculinidade. Esses estudos mais recentes nos mostram uma outra perspectiva de se entender como se constrói socialmente a representação sobre o masculino.

Do ponto de vista social e político, não existe uma ideologia masculina linear e igual em todo o mundo. Existe uma tal abundância etnográfica e cultural no planeta que nos permite inferir vários tipos de ideologias masculinas. Como a representação sobre o masculino não deriva de um fundamento biológico, mas, sim, principalmente, de uma construção cultural e social, e como existem intensas diferenças culturais, as crenças e representações sobre o que é ser homem e o que é ser mulher variam bastante.

Por essa razão, nos dias atuais, estudos sobre a condição masculina e sobre os homens tratam não da masculinidade no singular, mas de “masculinidades”, no plural. Falar em masculinidade no singular sugere a idéia de uma representação e de um poder do homem, masculino, de uma forma homogênea. Quando se coloca a noção de masculinidades, no plural, depreende-se que pode até existir uma forma de masculinidade, digamos hegemônica, mas que existem outros tipos de masculinidade.

Masculinidades e também feminilidades podem ser entendidas como construções sociais que variam espacialmente (de uma cultura para outra), temporalmente (numa mesma cultura, através do tempo), longitudinalmente (no curso da vida de cada indivíduo) e na relação entre os diferentes grupos de homens de acordo como sua classe, raça, grupo étnico e etário.

Desse modo, sendo a masculinidade uma construção social que se dá em diferentes níveis (relacional, contextual e histórico), uma das propostas básicas dos estudos nesse campo tem sido demarcar como se situam os homens - homossexuais ou heterossexuais - frente às transformações culturais impostas pelos movimentos feminista e *gay*.

Existiriam, assim, vários tipos de estruturação das masculinidades, relacionados entre si hierárquica e assimetricamente. Diferentes tipos de masculinidades podem ser produzidas num mesmo contexto social, geralmente em torno de uma masculinidade hegemônica, de um padrão idealizado de ser homem, que subordina outras formas de ser e de agir (CONNELL, 1995a).

[...] não existe uma única masculinidade, apesar de existirem formas hegemônicas e subordinadas a ela. Tais formas baseiam-se no poder social dos homens, mas são assumidas de modo complexo por homens individuais que também desenvolvem relações harmoniosas com outras masculinidades (KAUFMAN, 1995, p. 125).

Connell (1995a), ao falar da masculinidade hegemônica, afirma que ela não tem um caráter fixo, não existe sempre da mesma forma e em todas as partes. Ela é, sim, uma masculinidade que ocupa a posição de hegemonia num modelo dado de relações de gênero, uma posição sempre discutível. Mas, ao invés de definir a masculinidade enquanto um objeto (ou “algo” de caráter natural ou normal), devemos, isso sim, nos centrar nos processos e nas relações por meio das quais os homens e mulheres têm as suas vidas inseridas na dimensão do gênero.

Connell (1995a), então, entendendo que a masculinidade é um conceito nitidamente relacional (pois só existe em contrapartida de uma feminilidade) reconhece três dimensões presentes nas masculinidades, considerando as intensas transformações sociais ocorridas nas últimas décadas em todo o mundo: 1) relações de poder, cujo eixo principal é a subordinação geral das mulheres e a dominação dos homens através do poder patriarcal; 2) relações de produção, trazendo à tona as assimetrias de gênero no mundo do trabalho e 3) relações emocionais, quando fala do desejo sexual e das práticas que o atualizam. A masculinidade hegemônica é aquela, específica em cada sociedade, que, acima de tudo, coloca o homem em uma situação nitidamente superior em termos de poder social em relação às mulheres, gerando uma dominação e uma subordinação não só em relação às mulheres especificamente, mas a tudo o que possa ser associado ao “feminino” (incluindo aqui os homossexuais).

Nolasco (2001, p. 99), baseando-se principalmente nos estudos etnográficos comparativos desenvolvidos por Gilmore sobre as representações do masculino em culturas diferentes, coloca que os atributos masculinos podem variar em cada uma das sociedades; porém, para tornar-se homem de verdade, um menino terá que passar por algum tipo de teste, que envolve algum dos seguintes elementos: o homem como um protetor, o homem como um provedor, um homem como potente e viril e, nas culturas latinas, um homem competitivo, vigoroso, que bebe muito e domina a mulher. A imagem ancestral do homem guerreiro e forte, aquele que dá a segurança a sua família e a sua comunidade, parece também que se encontra no substrato de muitas das percepções sobre o que é ser homem.

Vê-se dessa forma que existem variações sobre o que é ser homem dependendo de que cultura se fala. Na sociedade ocidental em geral, e nas sociedades ditas “latinas” (e aqui se inclui o Brasil) em específico, a socialização do homem é dirigida ao mundo social mais amplo da economia, da política e das interações sociais, além do âmbito da família, enquanto a socialização da mulher se direciona ao mundo doméstico e familiar.

É preciso entender que o *machismo* de que aqui se fala é disseminado através da socialização tanto dos meninos quanto das meninas. No caso específico dos meninos, é transmitida desde cedo uma imagem do homem como auto-suficiente e independente. Um outro padrão disseminado é o descuido consigo mesmo, com sua saúde, com seu corpo. Isso futuramente implica no homem a falta de atitudes preventivas em relação à transmissão do HIV/AIDS e das DST, fazendo da população masculina um grupo bastante vulnerável.

O comportamento que a maioria das culturas e das sociedades costuma definir – e conseqüentemente reforçar – para os homens como adequadamente masculino é construído através de um conjunto de manobras de defesa: temor às mulheres; temor à expressão de qualquer tipo de feminilidade, particularmente sob a forma da ternura, de passividade, de dependência ou mesmo de cuidados dispensados aos outros. (BORIS, 2002, p. 25)

Vemos, a partir da citação acima, que o masculino é conquistado pelo homem através do medo e do pavor: ou ele nega veementemente tudo o que a sociedade não quer que ele seja, ou ele será considerado um “não homem”: um homossexual, o símbolo da negação e do avesso, o homem que quer ser “mulher” e é passivo.

Além dessas características descritas, os homens são marcados pela perspectiva da ação e da exposição no que se refere a seu corpo e a sua sexualidade. A forma diferenciada como homens e mulheres são socializados, leva os primeiros a disporem de uma liberdade maior sobre sua sexualidade, apesar de todos os avanços atuais conquistados pelas mulheres.

São indubitáveis as várias conquistas da mulher em nossa sociedade, impulsionadas principalmente pelo movimento de mulheres e pelos movimentos de gays e lésbicas. A mulher já está em praticamente todos os espaços no mundo do trabalho, já divide suas tarefas domésticas com seus companheiros, já tem uma certa liberdade de exercer sua sexualidade plenamente. Entretanto, persiste ainda em nossa cultura uma *matriz machista*⁴ que influencia comportamentos e ações. O machismo ou a *dominação masculina* como a denomina Bourdieu (2003) ainda continua a nos influenciar e a ditar comportamentos.

É importante, todavia, fazermos uma diferenciação entre o uso dos termos “homem” e “masculino”. Entendemos que culturalmente o homem está associado ao gênero masculino, assim como a mulher ao gênero feminino. A matriz machista tem suas idiossincrasias em cada cultura, mas, de uma forma geral, existe a sobreposição entre os conceitos, ou seja: homem é homem se for masculino, mulher é mulher se for feminina. Os atributos assim definidos como “masculinos” se acoplam nitidamente na identidade do homem, assim como os atributos ditos “femininos” se acoplam à identidade das mulheres. Assim é que um homem, ao ter atributos

femininos tais como a sensibilidade e o querer cuidar do outro (principalmente do filho), implica numa transgressão que deve ser evitada a todo custo.

Entendemos, dessa forma, que talvez não seja apropriado falar em “masculino”, mas, sim, em homens que podem ter tanto atributos “femininos” como “masculinos”. Aliás, é com base nessa “mistura” de características masculinas e femininas que se discute o surgimento de um “novo” homem. Dessa forma, o gênero é a cultura incutida nas diferenças sexuais entre homens e mulheres.

Mesmo dentro de um país pode haver grandes diferenças em relação às masculinidades, como é o caso do Brasil. Considerando suas dimensões continentais, o Brasil é perpassado por profundas diferenças culturais, de região para região. A forma como se apresenta a representação do masculino no Nordeste é bastante diversa daquela que se apresenta no sul do país. É que as duas regiões têm suas próprias formações históricas, sua economia, seus costumes, suas crenças, sua religiosidade e sua cultura. E todos esses aspectos influenciam na formação de uma, digamos, masculinidade nordestina.

Dessa forma, vemos que existe na região Nordeste uma forma diversa de se apresentar a *matriz machista* em relação a outros lugares do Brasil. Essas características que compõem o cabra macho nordestino dizem respeito a uma especificidade na forma de se representar o homem nessa região.

A forma aí de se exercer a masculinidade se pauta em grande parte na imagem do “cabra macho”, homens fortes e independentes, violentos (mesmo com suas companheiras e mulheres em geral), valentes e que não levam desaforo para casa! O “cabra” não pode ser frouxo, não havendo lugar para fracos e covardes. Se ele for frouxo pode mesmo ser rebaixado socialmente. (ALBUQUERQUE JR., 2003)

Esse imaginário do nordestino, resgatado por Albuquerque Jr. através de fontes tanto científicas como populares, como na literatura de cordel, associa masculinidade, nordestinidade e violência, e, ao contrário do que se possa pensar, não está no passado nem está perdido na história do Nordeste. Longe de pairar sobre o real, ele influencia direta e indiretamente a formação da subjetividade dos sujeitos através de imagens, discursos e enunciados. Esse imaginário incide sobre o presente, mesmo que de forma sutil, influenciando as práticas e os saberes sobre o que é ser homem e o que é ser mulher e de que forma se constituem as relações entre os gêneros. Mesmo com todas as mudanças nas relações sociais e de poder, na forma da socialização e da sensibilidade, poderíamos ainda perceber a presença

marcante de uma *matriz machista nordestina* se fazendo presente nos dias de hoje e constituindo ações, pensamentos e sentimentos. No caso da nossa pesquisa em especial, a masculinidade hegemônica se expressaria a partir da expressão dessa matriz modelar.

A pesquisa com homens jovens

O principal objetivo da presente pesquisa foi saber qual(is) modelo(s) de masculinidade são expressados nos discursos de alguns jovens homens moradores de uma comunidade de baixa renda da cidade de João Pessoa na Paraíba. A análise se deu através da realização de uma série de entrevistas, onde constavam em sua maioria questões relativas à percepção sobre o que é ser homem para os jovens entrevistados.

Ao todo foram entrevistados 17 homens jovens na faixa etária dos 15 aos 19 anos, moradores da comunidade de Padre Ibiapina, todos alunos de uma escola de futebol mantida pela Fundação de Ação Comunitária (FAC - órgão do governo do Estado da Paraíba) na comunidade. A maior parte dos jovens (47,0%) se encontrava na faixa etária dos 17 aos 18 anos e cursando o ensino fundamental (64,8%). A maioria (70,6%) trabalhava na época da realização da pesquisa, exercendo suas atividades através de bicos/biscates ou empregos informais, sem carteira assinada.

A escolha desse grupo em particular deveu-se ao fato de que, de acordo com nossas observações e com base em nossa hipótese, temos indício (GOLDENBERG, 2000) que a prática do futebol é um dos espaços de vivência e de formação da masculinidade hegemônica e machista. Numa escola de futebol como essa menina não entra, o papo é de “menino” e a construção do ser homem pode ser sentida todo tempo. A principal hipótese em nossa pesquisa era de que a variável renda (no caso aqui em específico uma comunidade de baixa renda) seria importante na permanência do modelo hegemônico de masculinidade e que o local (escola de futebol) no qual pesquisamos reforçaria essa tendência.⁵

A principal característica em um espaço de formação do masculino como esse é exatamente a separação rígida entre o “mundo dos homens” e o “mundo das mulheres”. Não é à toa que no grupo qualquer desvio da norma de comportamento para o jovem, um homem em formação, já é taxado de algo ligado ao universo feminino: “mulherzinha” ou “viado” (o homem que deseja ser mulher ou se aproxima do mundo antagônico e interdito do feminino). As barreiras, então, entre o feminino e o masculino são nitidamente traçadas e qualquer deslize poderá ser punido por um constrangimento pelos outros jovens. Nesse sentido, o

processo de formação da identidade do homem, como a negação de qualquer aspecto do universo feminino (BADINTER, 1993) foi amplamente confirmado em nossa pesquisa.

A comunidade de Padre Ibiapina se localiza na periferia de João Pessoa e tem como principal representante o homem que sustenta a casa com uma renda familiar inferior a um salário mínimo. As moradias são pequenas, com no máximo quatro vãos e com uma média de cinco pessoas por família. A população dessa comunidade de uma forma geral exerce atividades que requerem pouca qualificação profissional, tais como serviços domésticos, profissões como pedreiros, ajudantes de pedreiro, carpinteiro, lavadeiras, entre outros. Apesar de um percentual da população ser formalmente considerada alfabetizada, encontra-se na área um número significativo de analfabetos funcionais (pessoas que não sabem ler, apenas assinam o nome).

Para alcançar os discursos dos jovens, utilizamos principalmente entrevistas semi-estruturadas, que foram gravadas a partir da devida autorização dos participantes. Além das entrevistas, realizamos algumas observações na própria comunidade, como forma de ampliar nossas informações sobre a comunidade e sobre o cotidiano dos jovens na mesma.

Como estratégia de entrada no grupo e como forma de adquirir a confiança do mesmo, não realizamos a entrevista logo nos primeiros encontros. Primeiro nos apresentamos ao grupo e dissemos de onde vínhamos e quais nossos objetivos. Após isso, passamos alguns dias indo aos treinos da escola e ficávamos próximos dos jovens, conversando com aqueles que estavam no banco de reserva, com o treinador e com os outros jovens no momento de descanso. Isso fez com que nos aproximássemos dos jovens e pudéssemos perceber outros aspectos que não ficaram tão claros ou explícitos no decorrer da entrevista.

Mesmo considerando a existência do viés da presença de um elemento estranho naquele grupo, que não fazia parte da comunidade e que “estudava para ser doutor” (segundo a fala dos mesmos), percebemos que houve uma troca frutífera e um diálogo que pôde entrar na subjetividade dos mesmos. O próprio fato de o entrevistador ser um homem dava, para os jovens, uma liberdade maior de falar de aspectos controversos, muitas vezes constrangedores, sobre o que é ser homem. A presença de um pesquisador, homem, que tentava todo o tempo deixar o momento da entrevista o mais leve possível facilitou o processo. Além disso, a entrevista era conduzida no sentido de não julgar a fala do jovem. Essa postura foi percebida pelos jovens, o que facilitou o processo da entrevista.

Podemos dizer, segundo nossa observação e percepções no decorrer da pesquisa, que o fato de o pesquisador ter sido um homem foi fator fundamental na forma como os jovens

entrevistados responderam as questões da entrevista. Tivesse sido uma mulher a realizar tal empreitada, provavelmente as respostas não teriam sido as mesmas. Falar sobre “coisas de homem” com outro homem é muito mais fácil.

Acompanhando a gravação das entrevistas, foram feitas também anotações do impacto emocional das perguntas sobre os jovens, além de outras observações que se fizeram importantes no momento da entrevista. Os silêncios, os olhares, o tempo da resposta e as emoções desencadeadas eram devidamente anotadas para posterior comparação com as respostas dos jovens. Além disso, dependendo de como caminhava o rumo da entrevista, algumas outras perguntas iam sendo feitas, como forma de complementar e esclarecer as respostas às questões constantes do roteiro.

Concordando com as colocações de Monteiro (2000, p. 23), a pesquisa buscou mapear os movimentos de sentido em torno da(s) masculinidade(s), mapeamento este que se circunscreveu à região nordeste e à Paraíba. Esses movimentos de sentido integram esquemas sociais de poder que classificamos como machistas ou patriarcais, dando sentido à dominação de um sexo pelo outro, de uma masculinidade sobre outras masculinidades e mesmo sobre outras feminilidades (BOURDIEU, 2002).

A hegemonia, ou o exercício do poder sobre outro(s), se dá no cotidiano das práticas sociais, produzindo assim saberes sobre o homem, saberes que se reforçam e se desenvolvem nas relações diárias entre homens e mulheres. Essas relações produzem e geram poderes, que reforçam e integram as práticas de dominação e submissão, mas que também podem subverter essa dominação. O binômio saber-poder, então, é fundamental para se aprofundar os discursos sobre a masculinidade que permeiam a realidade social que pesquisamos.

Como forma de organizar os dados coletados visando uma interpretação posterior, procedemos a uma análise temática das entrevistas, procurando descobrir os núcleos de sentido e de comunicação que compunham os discursos. Entendemos a noção de tema como uma unidade de significação que se libertou naturalmente da fala dos jovens e que comportou um conjunto comum de relações e significados sintetizados em uma palavra ou uma frase. O tema, assim, correspondeu a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não foi fornecido de uma vez por todas, mas que surgiu paulatinamente com a leitura sistemática das transcrições das entrevistas.

Classificamos os temas encontrados em categorias, ou seja, palavras ou frases com uma série de significados e de elementos significantes batizados de acordo com nossas percepções, observações, da leitura da literatura sobre o assunto e interpretações. Mas pudemos analisar,

outrossim, os dados sem o recurso único da categorização, através da análise individual dos temas, sempre percebendo sua interlocução com os temas encontrados em outras pesquisas e na literatura pesquisada. Apresentaremos a seguir as principais categorias encontradas.

Responsabilidades do homem: o peso sobre os ombros de sua identidade

Os temas que obtiveram as maiores freqüências de aparecimento nas respostas relacionadas ao que é ser homem podem, segundo nossa interpretação, ser agrupados sob a categoria que denominamos “responsabilidade”, agregando na mesma os temas *ter responsabilidade* (com 22,61 % das respostas), *trabalhar* (com 16,66% das respostas) e *ter/sustentar uma família* (com 14,28% das respostas). O somatório das respostas dessa categoria chega a 53,55%, demonstrando sua força na percepção dos jovens pesquisados.

De acordo com os relatos e através do contato pessoal com nossos informantes, a noção de responsabilidade significa, além de cuidar de si próprio, cuidar do outro, formar e sustentar uma família, o que pressupõe necessariamente trabalhar. Esse é o principal eixo estruturador de como esses jovens definem o que é ser homem em suas representações. Ser homem, portanto é, segundo as palavras de um dos entrevistados, “ter [...] muita responsabilidade, cuidar da família. Trabalhar para sustentar a família [...]”, numa alusão sintética do que significa essa dimensão para esses jovens.

Na fala do jovem citado anteriormente vemos que a responsabilidade centra-se principalmente no aspecto específico de se constituir uma família e de poder sustentá-la. E o sustento dessa família vem através do suor e do trabalho, que é um encargo colocado principalmente no homem, visto como protetor e provedor da família. Esse é o seu grande dever: proteger e prover financeiramente sua família.

Percebemos que esses jovens, ao falarem da responsabilidade, estavam se referindo a uma realidade que ainda não vivenciavam concretamente: ter responsabilidade com uma família e trabalhar para poder sustentá-la ainda não fazia parte de suas realidades. Percebemos, então, que eles estavam projetando uma imagem ideal de homem que não condizia com sua vida no momento da pesquisa. Suas respostas, nesse sentido (e isso transpareceu no momento das entrevistas), eram um misto de querer assumir esse ideal de homem - que é o mais aceito dentro de sua comunidade - e o medo de se enquadrar nesse papel. Eles queriam se adequar ao modelo, mas isso gerava uma ansiedade e um sentimento

ambíguo, causado pela magnitude de tal responsabilidade e por saber que de uma hora para a outra eles poderiam assumir esse papel e não estavam tão certos em como fazê-lo.

Essa representação do homem como o responsável pela família é coerente com a visão social do homem definida por alguns autores consultados (tais como BADINTER, 1993; BORIS, 2002; CASTELLS, 2000; CONNELL, 1995; NOLASCO, 2001, entre outros). De acordo com essa visão, o homem é o provedor "de teto, alimento e respeito" (SARTI, 1996, p. 38). Assim, segundo um de nossos entrevistados, "O que é ser homem, é ser homem da casa, que trabalha, faz tudo para manter uma casa, eu acho que é isso ser homem".

A importância da responsabilidade na configuração da identidade do homem foi encontrada também numa pesquisa realizada com jovens estudantes (homens e mulheres) de escolas públicas do Distrito Federal, com idade entre 14 e 20 anos (RIBEIRO, 2000), na qual a responsabilidade apareceu como um fator expressivo na configuração do que é ser homem. Mas o peso dessa característica, da forma como os jovens a encaram em nossa pesquisa, não foi encontrada em nenhuma das obras consultadas.

A *responsabilidade* em si, que teve o maior percentual de aparecimento, significa principalmente responsabilidade com a família, em mantê-la material e financeiramente. Mas não apenas isso. Diz respeito também a uma responsabilidade com sua própria vida e com os problemas que surgem nela. "É uma pessoa mais adulta, uma pessoa com mais responsabilidade e que encontra assim uma resolução para quase tudo, para seus problemas né [...]", segundo um dos jovens. Cruzam-se nesse tema ainda outros surgidos na pesquisa, tais como a *maturidade* do homem e sua possibilidade de *resolver problemas e dificuldades*. A maturidade entra nas percepções dos entrevistados como uma forma de mostrar que é com a experiência que se adquire durante a vida que se conquista cada vez mais a responsabilidade, consigo, com o outro e com sua família. E os problemas e dificuldades são aqueles que surgem não só na vida pessoal de cada um, como também, e principalmente, aqueles existentes dentro do âmbito familiar. E poder resolvê-los significa também ser responsável.

Outro tema surgido na pesquisa e que também contribui no entendimento da importância da categoria da responsabilidade na definição do homem é o *saber consertar as coisas*, que é um saber fazer coisas materiais dentro de casa na sua maioria, ou seja, saber consertar o que se quebra, o que precisa ser consertado, etc. Este tema, junto com os outros supracitados complementam o entendimento sobre o que significa a responsabilidade na vida desses jovens.

A necessidade de *trabalhar* é também um forte fator na definição do homem e que se configura fundamental enquanto forma de trazer os recursos financeiros e materiais para prover a família. É através do trabalho que irá se configurar a possibilidade de se constituir uma família e de poder sustentá-la materialmente.

A dimensão do trabalho assume a partir daí uma importância fundamental na constituição do homem. Segundo Nolasco (1993, p. 50),

Para os homens, o trabalho tem uma dimensão cartográfica, pois define a linha divisória entre as vidas pública e privada, e, ao mesmo tempo, tem uma dupla função para as suas vidas. A primeira é ser o eixo por meio do qual se estruturará seu modo de agir e pensar. A segunda função é inscrever sua subjetividade no campo da disciplina, do método e da violência, remetendo-os a um cotidiano repetitivo.

Na definição dos elementos que constituem a identidade masculina, Sarti (1996, p. 66) será também importante de esclarecer de que forma o trabalho está diretamente ligado ao sentido de ser homem: “[...] o trabalho é muito mais do que o instrumento da sobrevivência material, mas constitui o substrato da identidade masculina, forjando um jeito de ser homem. É condição de sua autonomia moral, ou seja, da afirmação positiva de si, que lhe permite dizer: eu sou”.

A importância do trabalho na definição da identidade do homem já foi comprovada em algumas pesquisas analisadas por nós (tais como BORIS, 2002; RIBEIRO, 2000, NASCIMENTO, 1999). Em conformidade com nossas descobertas, fala Ribeiro (2000, p. 89):

O trabalho aparece como um eixo central na constituição desse homem, tendo como referência a responsabilidade, o respeito e a honestidade, que possibilitará a construção de relações satisfatórias entre o cidadão e a sociedade. O homem de verdade tem que ser trabalhador para se constituir como cidadão. Além disso, a partir do trabalho, o homem poderá constituir sua família e mantê-la de forma digna.

“O que é ser homem, é ser homem da casa, que trabalha, faz tudo, para manter uma casa, eu acho que é isso ser homem [...]”; “Ser homem é trabalhar, ter uma família [...]”; “[...] eu já estou entrando no sistema da responsabilidade da vida, o trabalho é a responsabilidade mais importante que você tem”. Todos esses depoimentos dos jovens mostram a importância do trabalho no considerar-se um homem. Dado relevante a esse respeito encontrado em nossa pesquisa, é que a maioria dos entrevistados desenvolve já algum tipo de atividade remunerada. Isso já é um sinal claro de como o trabalho entra de forma substancial na maneira

como esses jovens referem o que é ser homem e eles o procuram desde cedo, tanto por necessidade material como por necessidade simbólica.

Se para o homem o trabalho é um definidor substancial de sua identidade, percebemos em nossas observações na comunidade de Padre Ibiapina que a mulher consegue definir sua feminilidade não somente a partir do trabalho, mas a partir de uma série de tarefas sociais (inclusive socialmente sancionadas como “femininas”), tais como ser mãe, dona de casa e educadora dos filhos. Dessa forma, se ela tiver um companheiro que trabalhe e a sustente, é mais fácil para ela superar o fato de não estar trabalhando. Já para o homem, percebemos que o trabalho é um elemento definidor mais forte e o fato de estar desempregado mexe direta e profundamente na sua dignidade e auto-estima de homem.

Homem: o chefe de uma família patriarcal

O homem foi, em nossa pesquisa, considerado como aquele que tem a função de sustentar sua casa, sua companheira e sua prole a partir do dinheiro advindo de seu trabalho. Ele é considerado o chefe da família, o ponto hierárquico familiar mais alto. O tema *ter/sustentar uma família* nos remete necessariamente à discussão sobre a que tipo de família esses jovens estão se referindo.

Coexistem atualmente vários modelos (se é que podemos falar em “modelos”) de família no Brasil e no mundo. Um dos modelos de famílias mais estudados, principalmente dentro dos estudos de gênero e feministas, é o da família patriarcal. Segundo Albuquerque Jr. (2003, p. 135), Gilberto Freyre foi o inventor do conceito de família patriarcal, quando descreveu as relações familiares no Brasil desde o período colonial até o final do século XIX. Segundo essa definição, a família patriarcal é numerosa, composta não só do núcleo conjugal e de seus filhos, mas inclui criados, parentes, aderentes, agregados, escravos, que eram subordinados ao poder do patriarca.

Esse conceito de família patriarcal tem sofrido diversas críticas dentro das Ciências Sociais, como por exemplo, argumentos que colocam que no período estudado coexistiram outros tipos de família, tais como a família nuclear, e colocando também que o conceito acentua em demasia a submissão feminina.

Concordamos com Albuquerque Jr. (2003) quando ele indica que esse conceito em Gilberto Freyre não está necessariamente ligado a uma família extensa, mas a um tipo de

poder exercido, uma rede de poder e dependência, ligada à escravidão, à prepotência senhorial e às tradições culturais ibéricas. Segundo o citado autor:

Em Freyre, esse conceito não pretende apenas descrever um modelo de família ou a forma de relação entre os gêneros. Ele tem a pretensão de descrever toda uma ordem social da qual o poder patriarcal e a família seriam os elementos nucleares. É um conceito pensado a partir do contraste que Freyre observa entre a ordem social prevalecente até o final do século XIX e aquela que começava a se tornar dominante no início do século XX. [...] O patriarcalismo incluiria uma forma hierárquica de relacionamento social entre as etnias, entre os grupos sociais e entre os gêneros, “adoçada”, como gostava de dizer [...] por relações paternalistas (ALBUQUERQUE JR., 2003 p. 139).

O patriarcalismo, assim, mais do que um conceito rigoroso é, para Freyre, uma metáfora, uma grande imagem que ajuda a descrever um período histórico específico do Brasil. De qualquer forma, esse modelo de família, centrado no poder que o homem, o patriarca, tem em todos os aspectos da família, acaba influenciando os modelos atuais de família.

Castells (2000) nos coloca que a principal bandeira do movimento feminista é se rebelar contra o patriarcalismo ou sobre a sociedade patriarcal. Segundo ele,

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura (CASTELLS, 2000, p. 169).

O entendimento sobre o que significa ou mesmo quando surgiu historicamente o patriarcado é motivo de controvérsia entre os teóricos(as) que tratam do assunto. Tomando a definição colocada por Castells (2000), trata-se de um regime social no qual o pai, ou seja, o homem, é o chefe de família e exerce sobre ela um poder preponderante e absoluto. Esse poder é exercido primeiramente no âmbito familiar, na família patriarcal, mas se irradia para toda a sociedade, atingindo todos os aspectos da vida social, desde a produção até a política.

Tendo se constituído primeiramente na família, o modelo patriarcal vai constituir o núcleo de valores e de visão de mundo que vai orientar o sujeito social e individualmente em todas as suas inserções futuras na sociedade. O patriarcalismo irá indicar de forma bastante clara quais os papéis sociais que deverão ser exercidos pelo homem e pela mulher, transpondo para as outras instituições sociais a primazia de poder que deve ser administrado pelo homem.

Para Castells (2000), o patriarcalismo é caracterizado pela autoridade imposta pelo homem sobre sua mulher e seus filhos no âmbito da família. Ele não fala da família brasileira, como conceitua Freyre ao falar da família patriarcal, mas fala de um modelo de família, a família nuclear, que tem no homem a instância máxima de poder. De qualquer forma, os dois modelos falam da supremacia do exercício do poder pelo homem, de tal maneira que podemos dizer que é essa característica a definidora do poder patriarcal.

Sob muitos aspectos vemos a permanência desse modelo de família patriarcal na comunidade de Padre Ibiapina. Na maior parte de suas percepções o homem é considerado como o centro do poder e a hierarquia máxima dentro de sua casa. Ele é o chefe da casa e sua mulher e seus filhos lhe devem obediência. Ele é aquele que trabalha e que traz o dinheiro para seu lar, sendo o responsável pela manutenção de sua família, sendo então o “mandachuva”, o que dá a palavra final em tudo e em todos.

Mas Castells (2000) analisa que a família patriarcal, nos seus moldes mais tradicionais - onde o homem é o centro do poder, o “chefe” todo-poderoso, e a família é composta por homem, mulher e filhos - está aos poucos sendo eliminada. Em seu lugar vêm se configurando outras formas de estruturas familiares, tais como as constituições monoparentais (com o aumento crescente do número de mulheres chefes de família), casamentos mais tardios, crianças nascidas fora do casamento, diminuição do número de filhos por casal, entre outras novas configurações. A tendência geral no mundo de hoje é a família patriarcal se tornando um estilo de vida adotado por uma minoria da população.

Todas essas novas configurações familiares em nível mundial afetam também a comunidade de Padre Ibiapina. Nessa comunidade é muito comum a mulher ter filhos com vários companheiros, tendo seus relacionamentos muitas vezes tempos curtos de duração, ficando com ela na maior parte das vezes o cuidado com os filhos, até pelo fato de que muitas vezes seus companheiros simplesmente a abandonam. Dessa forma, já se pode ver na comunidade muitos lares formados por só um dos pais, na sua maioria mulheres, além da diminuição do número de filhos por família.⁶ É comum encontrar na comunidade pesquisada, jovens casais que ficam juntos por um período de tempo, sem estarem casados legalmente⁷, mas que se separam e fica com a mulher a responsabilidade pelas crianças.

Percebemos nessa comunidade, a partir desses e de outros aspectos, a permanência de um modelo arcaico de masculinidade e também de feminilidade, tal como observado por Bourdieu (2002) na sociedade Cabila: o predomínio de uma visão de mundo androcêntrica, onde a divisão entre os sexos é percebida como um artefato natural.

Essa visão de mundo de uma forma geral não é contestada e se encontra presente nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e de ação. O lugar do homem e o lugar da mulher, assim como suas tarefas e mesmo seus modos de agir e de pensar, já estão predeterminados. Mesmo os seus espaços de inserção social já estão padronizados. “Lugar de mulher é na cozinha”, “a mulher é quem cuida dos filhos”, “o homem é quem deve trabalhar” são expressões encontradas nos depoimentos dos jovens e que demonstram a permanência de um modelo de ser homem e de ser mulher que determina de forma padronizada suas formas de atuação no mundo.

É nesse sentido que dizemos que ainda persiste em nossa sociedade (e nessa comunidade em específico, já que é o *locus* de nossa pesquisa) o que denominamos de “matriz machista”, influenciando comportamentos e ações, não só no Brasil como em todo o mundo.

Essa matriz perpassa espaços e tempos, mas mantém um padrão, como um amálgama ideológico que estrutura as sociedades patriarcais e que se caracteriza como uma maneira dos homens exercerem um poder, nas suas mais diversas expressões, sobre as mulheres e sobre outras formas de masculinidade menos valorizadas. Ela é retroalimentada nessa comunidade não só pelos homens, mas também, e principalmente, pelas mulheres. Como o cuidado com os filhos ainda é em grande parte uma tarefa das mães, os valores patriarcais são passados para os filhos, sejam eles meninos ou meninas.

Permanências X Mudanças

Nas pesquisas e na bibliografia a que tivemos acesso, a “nova” masculinidade ou a nova forma de se vivenciar a identidade do homem, é um fenômeno mais tipicamente urbano e da classe média. Uma comunidade de baixa renda como a que pesquisamos recebe informações, principalmente através da grande mídia, que discutem os novos papéis sociais e sexuais dos homens. Essas influências, contudo, não atingem com a mesma intensidade que as classes mais urbanizadas, como a classe média, por exemplo. Percebemos que essa comunidade é relativamente isolada das grandes mudanças culturais que acontecem no mundo, mesmo em relação ao espaço urbano no qual ela se encontra integrada: a cidade de João Pessoa.

Talvez tivéssemos encontrado indícios mais consistentes de uma “nova” masculinidade caso a pesquisa tivesse sido feita com jovens da classe média. A matriz machista nas classes

média e alta é mais passível de ser desconstruída porque é aí que as novas configurações nas relações entre os gêneros são sentidas e atuam com mais incisão.

Os novos papéis sócio-sexuais discutidos e apresentados na grande mídia são de certa forma alienígenas para esses jovens. Eles não assistem ao programa malhação: um exemplo de disseminação de modelos masculinos de jovens da classe média dos grandes centros urbanos do Brasil. Da mesma maneira, eles não compram a nova linha de cosméticos direcionados ao público masculino. Além de não terem condições financeiras para isso, eles não têm acesso às revistas direcionadas aos homens da classe média.

Os rituais sociais nessa comunidade perduram e são reproduzidos a partir de um circuito cultural paralelo à produção midiática mais globalizada. Nos forrós, por exemplo, (a grande atração musical da Paraíba), não há indícios de quebra do modelo patriarcal de família em suas letras, assim como em certos programas de televisão, porque para esses homens não é interessante que a matriz machista seja desconstruída. Há, isso sim, um reforço dos modelos já estabelecidos de masculinidade e de feminilidade. Ao assistir ou ouvir esses programas, eles podem se identificar com as pessoas e situações e afirmar “Ah, isso sim é a gente!”.

O forró define e reforça claramente o estereótipo do masculino. Sendo assim, o campo da masculinidade, da forma que é padronizada nessa comunidade, é continuamente retroalimentado através de músicas que colocam o homem como o provedor, o ganhão e o cabra macho. Há então uma reprodução bem definida do modelo de masculinidade no tipo de música que ouvem. E essas músicas são feitas por eles próprios (homens e mulheres muitas vezes vindos de comunidades como essa) e para eles. A manutenção dos padrões de comportamento, mesmo que inconscientemente, visa manter o *status quo*. E essa reprodução cultural se dissemina nas festas, nos rádios, nos shows, nos espaços de lazer, nas igrejas e na educação que recebem, em casa e na escola.

Na análise dos dados de nossa pesquisa, vimos que a responsabilidade é a principal categoria definidora do que é ser homem. Talvez a figura do pai, como ídolo principal do jovem, possa ser entendida como o elemento masculino referencial. A figura paterna, então, pode encarnar a noção da responsabilidade assim como também da proteção. Além disso, o “pai”, tal como é representado como o Deus-Pai na tradição religiosa judaico-cristã, também entraria como um arquétipo do provedor e também do protetor e influenciaria o comportamento desses jovens.

Percebemos então que a matriz machista não constitui uma relíquia de um passado remoto. Ela é uma realidade presente, mascarada e sutilizada muitas vezes por um discurso

politicamente correto, mas possível de ser percebida. Nesses discursos definições das “diferenças” do papel da mulher e do homem na sociedade são naturalizadas a partir de evidências do senso comum e também pelas diferenças corporais.

Ao mesmo tempo em que para homens e mulheres é conveniente em algumas situações manter as formas tradicionalmente adquiridas de relacionamentos entre os sexos, dadas as regalias e vantagens adquiridas para cada sexo (principalmente para os homens), vemos que em outras situações percebemos indícios de mudanças. Em alguns discursos dos jovens percebemos uma certa dificuldade de ter de se enquadrar no modelo já predeterminado de masculinidade. Afinal, ter tanta responsabilidade e nunca demonstrar medo é algo que assusta, ainda mais sendo um jovem em formação. De qualquer forma se percebe um certo incômodo em ter de se adaptar a um papel de homem tão rígido, mas que é continuamente estruturado em todos os espaços sociais nos quais se encontra, não só pelos homens, mas também pelas mulheres. Contudo, esse incômodo muitas vezes fica escondido, pelo medo do repúdio, mas também pela falta de outros modelos com os quais se espelhar.

Os diferentes tipos masculinidade e de feminilidade estão em constante interação no mundo atual. Todavia, em nossa pesquisa, não encontramos dados que possam respaldar, naquele contexto em específico, a existência de um modelo de masculinidade não hegemônica. Observamos uma certa porosidade em relação à prática de comportamentos que fogem do padrão de papéis sociais previstos para o homem, mas não uma reflexão consciente no sentido de esses jovens se contraporem de fato ao modelo hegemônico de ser homem.

Levando em consideração as colocações acima, podemos dizer que as intensas mudanças nas relações entre os sexos e entre os gêneros assistidas nas últimas décadas no ocidente não desativaram, nessa comunidade em específico, o que estamos chamando aqui de matriz machista. Essa matriz perpassa espaços e tempos, mas mantém um padrão, como uma ideologia perene que influencia as sociedades ocidentais e que se caracteriza como uma maneira dos homens exercerem um poder, nas suas mais diversas expressões, sobre as mulheres e sobre outras formas de masculinidade menos valorizadas.

Vejamos o que diz Bourdieu (2002, p. 7) sobre essa questão:

[...] jamais deixei de me espantar [...] que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo naturais.

Realmente, a dominação masculina (na teoria de Bourdieu), e a violência implícita a ela, persiste mesmo com todas as mudanças acontecidas nas últimas décadas em vários lugares do mundo, mesmo nas sociedades mais “civilizadas”. A violência implícita a ela é simbólica, suave, invisível às próprias vítimas e se perpetua pelas vias da comunicação e do conhecimento, mas principalmente a partir do sentimento. (BOURDIEU, 2002, p. 7-8) A existência da dominação masculina varia na forma e na intensidade, e em cada sociedade vai ser influenciada pelas especificidades sócio-históricas e através dos movimentos sociais que lutam contra a mesma.

Partindo então da consideração da existência histórica dessa matriz, percebemos que ela continua ainda hoje a influenciar comportamentos, pensamentos, sujeitos e subjetividades. Apesar de toda modernidade, ou pós-modernidade, alardeada o tempo todo pela mídia e pelos discursos ou *saberes* científicos, na realidade do cotidiano, no exercício diário dos *poderes*, dos micro-poderes do cidadão comum, a matriz ainda se faz presente. E isso pode ser comprovado em Padre Ibiapina.

Apesar do predomínio dessa matriz machista na comunidade, vemos que as noções sobre o que é ser homem e sobre a masculinidade convivem com pontos e contrapontos, como forças em choque e em inter-relações. Talvez nossa própria sociedade seja marcada por esses pontos e contrapontos, choques e contrachoque que se cruzam indefinidamente nos vários espaços e que acabam sendo a semente de uma transformação social mais ampla.

De acordo com Foucault (1986), a noção do *saber* significa ao mesmo tempo um discurso sobre algo, um conhecimento sobre alguma coisa. Foucault nos mostra que não existe um só olhar sobre algo, mas sim olhares, cada qual com sua carga de poder. Percebemos na comunidade de Padre Ibiapina uma diversidade de olhares sobre as relações entre os sexos e entre os gêneros, olhares esses que podem ser entendidos como arcaicos (no sentido da continuidade de uma percepção através do tempo) e vislumbres de olhares mais recentes (no sentido de uma mudança em relação a essa percepção, digamos “arcaica”). Mas o sentido da permanência é preponderante.

A difusão de estilos de comportamento ditos modernos ou pós-modernos (dependendo da orientação teórica que vislumbremos) não se dá de forma homogênea na sociedade. Ela se dá de forma heterogênea, já que as dimensões de classe social, etnia, geração, contexto social e gênero se entrecruzam, influenciam e dão um caráter plural à transformação dos valores sociais acerca da masculinidade e feminilidade. A modernidade ou pós-modernidade (se é que

podemos falar dela) não pode ser encarada como um padrão unitário que perpassa a totalidade dos países e das classes sociais. Podemos falar, isso sim, em micromodernidades fragmentadas em várias comunidades, bairros, famílias e grupos sociais, elaborando cada qual da sua forma e com sua intensidade as novas configurações dos papéis sociais entre os gêneros.

Não existe apenas um modelo de homem a seguir. Até porque o homem não é um molde onde derramamos nossas teorias ditas “científicas” e podemos explicá-lo por inteiro. Antes de tudo ele é um ser, humano, em constante mutação e que não precisa necessariamente se encaixar em nenhum padrão pré-definido ou em caixas pré-fabricadas de teorias as mais mirabolantes. Devemos, contudo, tentar captar os movimentos constantes e interfacetados de ressignificações que recolocam os papéis do homem em nossa sociedade. E talvez não haja um fim, um éden do gênero onde possamos dizer: “Esse é o estágio máximo do homem!”

Foucault (1986) nos diz ainda que podemos entender o sujeito como um lugar ou como uma posição que varia dependendo do tipo do enunciado e de seu posicionamento social. O homem e sua representação que tratamos aqui são enunciados, representações, nem sempre condizentes com o que os homens são de fato em sua realidade. Mas de qual realidade estamos falando? Existem tantas realidades quanto os próprios olhares que a analisam e interpretam. Essa é a noção básica do fenômeno da percepção. E é sobre a percepção desses jovens específicos que nos debruçamos, sem a prerrogativa de necessariamente chegarmos a uma “verdade” absoluta.

Concordamos com Foucault, que sempre em suas colocações era avesso a taxações e padronizações para explicar um fenômeno histórico ou social. Tentarmos colocar padrões, ou tentar encaixar todos os habitantes dessa comunidade numa única forma de entender o que é ser homem é uma tarefa bastante complicada e difícil, quiçá impossível. Na realidade, não existem homens ou mulheres predeterminados, mas, sim, posições históricas e sociais. E essas posições são em grande parte determinadas pelos discursos de saber-poder circulantes em uma determinada época e em um determinado lugar. “Não é o homem que constitui o saber, mas o saber que constitui o homem”, diria Foucault.

Foucault nos diz ainda que a realidade é aquilo que cada época assim a definiu. Desta forma, não há verdade absoluta em nenhuma ciência e toda “verdade” científica é historicamente determinada e pode num outro momento sofrer rupturas e deixar de se configurar como verdade (ALBUQUERQUE JR., 2000a, p. 121). Se a verdade (ou o saber) é o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao

verdadeiro efeitos específicos de poder, em se tratando das masculinidades, aquela masculinidade é mais ‘verdadeira’ do que essa se possui mais legitimidade (ou poder) sobre ela.

MASCULINITY MODELS IN THE PERCEPTION OF YOUNG MEN OF LOW INCOME

Abstract

The main objective of the present research was to know which model of masculinity would be expressed in the speech of some young men who are inhabitants of a low income community in João Pessoa city in Paraíba. Considering the intense transformations occurred in the relationship between the genders in the last decades and the idiosyncrasy of the researched group, we attempted to discover the permanences and the changes in relation to the patriarchal and hegemonic form of living the masculinity. The research was accomplished through semi-structured interviews with 17 young men who live in Padre Ibiapina community in João Pessoa/Pb. We have analyzed the answers collected through a thematic analysis, from where appeared themes, understood as meaning and communication nuclei that was liberated from the young men’s speech. The analysis has showed, in a general way, a permanence of the patriarchal model of the masculinity, mainly expressed through themes such as the responsibility and the man's duty to work and to be the provider of his family.

Key-words: Masculinity. Patriarchal family. Gender relationships.

Notas

¹ Dados retirados da dissertação de mestrado intitulada “Masculinidade(s) na juventude de homens de baixa renda de João Pessoa/Pb”, defendida por Willian Tito Maia Santos no ano de 2004 e elaborada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPB.

² Psicólogo. Mestre em Serviço Social (UFPB). Professor do Curso de Psicologia da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC)/Bahia, Campus Feira de Santana. E-mail: williantito@yahoo.com.br.

² A definição do conceito de *Masculinidade Hegemônica* foi elaborada a partir dos estudos sobre masculinidade desenvolvidos por Robert W. Connell. A partir da análise das múltiplas facetas da masculinidade na sociedade atual (principalmente americana), Connell (1995a, b) elabora uma interessante categorização dos diferentes tipos de masculinidade existentes em nosso mundo atual.

⁴ Na falta de um termo menos carregado de significados estereotipados, optamos aqui em manter o termo *machismo*. Todavia, é importante levar em consideração a inconsistência teórica desse construto discutida anteriormente. Associamos aqui a palavra *matriz*, no sentido de um lugar onde algo se cria, de um alicerce ideológico de certa forma comum nas sociedades patriarcais do ocidente e que se caracteriza como uma maneira dos homens exercerem um poder, nas suas mais diversas expressões, sobre as mulheres e também sobre os homossexuais.

⁵ Vale de Almeida (1995) desenvolveu uma análise antropológica em uma pequena cidade do interior de Portugal, observando que essa comunidade não absorveu novos modelos de masculinidade ou mesmo de feminilidade vivenciados, por exemplo, em Lisboa, distante poucos quilômetros da cidade em questão. É claro que a comparação entre uma cidade do interior da Europa e uma comunidade localizada na capital de um dos

estados do nordeste brasileiro é muito desigual. Todavia, podemos traçar paralelos no sentido de observar a permanência do modelo hegemônico de masculinidade nos dois casos.

⁶ Apesar de não termos tido acesso a estatísticas oficiais sobre o número médio de filhos por mulher na comunidade de Padre Ibiapina, vemos, a partir de nossas observações e dos dados coletados em nossa pesquisa, que o número médio de filhos por mulher é maior do que a média tanto nacional (2,38 filhos por mulher) como nordestina (2,69 filhos por mulher) segundo o IBGE/2000 (apud FAC, 2002). A média observada na comunidade é por volta de 4 filhos por mulher.

⁷ Uma realidade cada vez mais distante de casais moradores de comunidades de baixa renda como essa, até porque casar implica em gastos que muitas vezes eles não podem ter. Mas também porque o “juntar-se” – prática cada vez mais comum em comunidades como essa – é um ato muito mais simples, tanto de ser iniciado quanto de ser acabado, em termos burocráticos.

Referências

- ALBUQUERQUE JR., D. M. *Nordestino: uma invenção do falo, uma história do gênero masculino (nordeste 1920-1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.
- _____. Um leque que respira: a questão do objeto em história. In: CASTELO BRANCO, G; PORTOCARRERO, V. (orgs.) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nou, 2000.
- ARILHA, M.; UNBEHAUM, S.; MEDRADO, B. (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Editora 34, 2001.
- BADINTER, Elizabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BORIS, G. D. J. B. *Falas de homens: a construção da subjetividade masculina*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria Estadual de Cultura, 2002.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CONNELL, R. Políticas de masculinidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 156-206, jul./dez. 1995a.
- _____. *Masculinities*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1995b.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FAC – FUNDAÇÃO DE AÇÃO COMUNITÁRIA. *Aglomerados subnormais nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita e seu potencial de trabalho e renda: diagnósticos e sugestões*. Versão 2002 (ampliada e atualizada). Relatório de pesquisa. João Pessoa: 2002.
- GOLDENBERG, M. *Os novos desejos: das academias de musculação às agências de encontro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- GOMÁRIZ, E. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In: RODRIGUES, R. *Fin de siglo*. Género y cambio civilizatorio. Santiago: Isis Internacional, Ediciones de las mujeres, n. 17, p. 83-110, dic 1992.
- IZQUIERDO, M. J. Uso y abuso del concepto de género. In: VILANOVA, M. (org.) *Pensar las diferencias*. Barcelona: Universitat de Barcelona/ICD, 1994.
- KAUFMAN, M. Los hombres, el feminismo y las experiencias contradictorias del poder entre los hombres. In: ARANGO, A. et al. *Gênero e identidade: ensayos sobre lo femenino y lo masculino*. Bogotá: T.M. /UNIANDES/UM, 1995.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MEDRADO, B. *O masculino na mídia: repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira*. 178 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) – PUC/SP, São Paulo, 1997.
- MONTEIRO, M. *Tenham piedade dos homens! : masculinidades em mudança*. Juiz de Fora: FEME, 2000.
- NASCIMENTO, P. F. G. *Ser homem ou nada: diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural) – UFPE, Recife, 1999.
- NOLASCO, S. *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- _____. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- OLIVEIRA, E. M.; SCAVONE, L. *Trabalho, saúde e gênero na era da globalização*. Goiânia: AB Editora, 1997.
- RIBEIRO, A. S. M. *Macho, adulto, branco, sempre no comando?* 189 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – UNB, Brasília, 2000.
- SARTI, C. *A família como espelho: estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: Publicações SOS Corpo, 1991.
- VALE DE ALMEIDA, M. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

VENTUROLI, S. M. V. A. *Mulheres*: cinco séculos de desenvolvimento na América, capítulo Brasil. Belo Horizonte: CREZ/Centro Universitário Newton Paiva, 1999.

Recebido: 20/05/2007

Aceito: 23/09/2007